

127

2. C C	PUBLICADO NO D.O.U. De 05/04/1992 Rubrica
--------------	---



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo N.º 10840-001.555/90-15

(nms)

Sessão de 27 de abril de 1992

ACORDÃO N.º 202-04-930

Recurso n.º 85.988

Recorrente TRANSPORTADORA R.N. LTDA.

Recorrida DRF EM RIBEIRÃO PRETO - SP

**PIS-FATURAMENTO.** Caracterizada a omissão de receita, legitima-se a exigência de pagamento da contribuição ao PIS. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interpôsto por TRANSPORTADORA R.N. LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1992

HELVÉCIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente e Relator

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 22 MAI 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, OSCAR LUIS DE MORAIS, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (Sóplice), ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES, RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo Nº 10840-001.555/90-15

Recurso Nº: 85.988  
Acordão Nº: 202-04.930  
Recorrente: TRANSPORTADORA R.N. LTDA.

R E L A T O R I O

A empresa acima identificada foi autuada, em 13.09.90, por não recolhimento da contribuição ao PPIS-FATURAMENTO, relativo à receita omitida no ano de 1986, caracterizada por suprimento de caixa, não comprovado, conforme verificado em fiscalização do IRPJ.

Em 15.10.90, a autuada requereu e obteve a prorrogação do prazo, por 15 dias, nos termos do art. 6º, I, do Decreto nº.... 70.235/72.

Finalmente, em 30.10.90, foi apresentada a "impugnação" de fls. 12, onde o contribuinte limita-se a pedir "que não dê andamento ao presente feito até que seja decidido o dissídio instaurado no processo-matriz, em face do oferecimento de IMPUGNAÇÃO à exceção naquele processo intentado, cuja cópia "xerox" aqui se anexa".

A autoridade de primeira instância, em decisão de fls. 27/28, com base no decidido no processo relativo ao IRPJ, julgou procedente a ação fiscal.

Inconformada, a empresa apresentou recurso a este Conselho (fls. 33), onde se limita, mais uma vez, ao pedido de sobretestamento do feito.

segue-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10840-001.555/90-15

Acórdão nº 202-04.930

A Secretaria desta Segunda Câmara providenciou a junta  
da aos presentes autos de cópia do Acórdão nº 105-6.041, da Quinta  
Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (fls. 44/49), que, co  
mo se verifica, negou provimento ao recurso voluntário interposto  
no processo relativo ao IRPJ.

É o relatório.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10840-001.555/90-15  
Acórdão nº 202-04.930

450

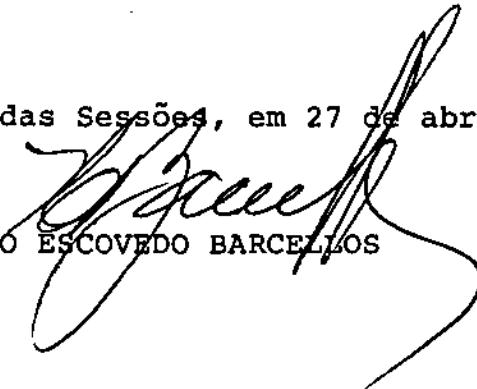
**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS**

Creio não haver muito a examinar neste caso. O próprio contribuinte vinculou a sorte deste processo ao que ficasse decidido no processo relativo ao IRPJ.

E naquele, como se pode ver no bem fundamentado voto condutor do acórdão respectivo, nenhuma razão lhe foi reconhecida, ficando perfeitamente evidenciada a ocorrência de omissão de receitas, caracterizada pela existência de suprimentos de caixa não comprovados. E sobre tal receita omitida há que incidir a contribuição ao PIS-FATURAMENTO, na forma da legislação de regência.

Assim sendo, adotando, ainda, como razões de decidir, os fundamentos constantes do voto que compõe o Acórdão nº..... 105-6.041, juntado por cópia às fls. 44/49, voto por que se negue provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1992



HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS